



Acta nº. 01/2009

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE RESENDE, REALIZADA EM
26.02.2009**

LOCAL: -----

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

PRESIDENTE: Senhor Dr. Manuel Joaquim Garcez Trindade (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Senhor Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Senhor Dr. Pedro Manuel Soares Cardoso (PS). -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 16h30 quando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à sessão. -

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: -----

O Senhor Presidente comunicou ao Plenário as seguintes faltas e substituições: -----

Foram convocados para participar nesta sessão os membros Senhora Drª Ana de Oliveira Monteiro (PSD), para substituição do membro Senhor Prof. Sérgio Miguel Cardoso Almeida e Sousa (PSD) e Senhor Prof. Manuel Júlio Nunes da Costa (PS), para substituição do membro Senhora Drª Cláudia Isabel Patrícia Couto Vieira (PS), ausentes por período inferior a trinta dias, conforme comunicações apresentadas e aceites. -----

O Senhor José Carlos Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Miomães - PS) foi substituído pelo seu Tesoureiro Senhor Cesário Machado de Almeida (PS).-----

Faltou o Senhor Fernando Pereira da Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Mouros – PS).-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”: -----

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”: -----

B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: -----

O Senhor Presidente solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da acta da Sessão realizada em 20 de Novembro de 2008, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foi a referida acta colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada**



por maioria, com a abstenção do Senhor Prof. Manuel Júlio Nunes da Costa (PS).-----

**B.2. LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU
ESCLARECIMENTOS: -----**

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

B.3. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPECTIVA VOTAÇÃO: -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

A Senhora Dr^a Teresa Pais (PS), em nome de ambas as Bancadas Parlamentares propôs um “Voto de Pesar” e apresentou sentidos pêsames pelo falecimento do Senhor Joaquim Pereira Trindade, pai do Exm^o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Joaquim Garcês Trindade.-----

Colocado o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS: -----

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

B.5. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO: -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

O Senhor António Joaquim de Almeida Correia (PSD) referiu que a estrada do Bernardo, em Barrô, continua em muito mau estado e que é necessária uma intervenção urgente na mesma.-----

O Senhor Prof. Joaquim Rodrigo (PSD) a propósito da vaga de mau tempo que assolou o concelho, com forte queda de neve, referiu que denotou algumas falhas de comunicação entre a Protecção Civil e as Escolas no que diz respeito à informação da existência ou não de transportes escolares, o que provocou transtornos a alunos e encarregados de educação.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a estrada do Bernardo já foi adjudicada e que quanto à actuação da Protecção Civil, todas as decisões foram devidamente ponderadas, mediante a prévia análise de todas as situações e comunicadas às Escolas. Tratou-se de uma situação de crise e por isso tudo se fez para garantir a segurança dos alunos e evitar o encerramento das Escolas.-----

C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

**C.1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE
18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-
A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----**

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----



Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

Foi tomado conhecimento. -----

C.2. REGULAMENTO DO ESPAÇO INTERNET DE RESENDE; -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, a proposta do Regulamento.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

O Senhor Prof. Joaquim Rodrigo (PSD) salientou que na generalidade está de acordo com esta proposta de regulamento, mas na especialidade não a subscreve. E isto porque na sua opinião existem alguns aspectos que carecem de alteração. Desde logo, porque se refere na nota justificativa e no artigo 2º “o acesso à internet e ao correio electrónico” quando, em bom rigor, o que está em causa é apenas o acesso à internet, entendida esta como uma rede de computadores onde são disponibilizados diversos serviços, entre os quais figura a possibilidade de utilização do denominado correio electrónico ou “mail”, pelo que a alusão a este último deve ser retirada. Por outro lado, alude-se na proposta a impressões a preto e branco, quando se deveria referir impressões monocromáticas. Por último, referiu que não compreende porque razão as digitalizações são taxadas por um valor mais elevado que as impressões a cores, quando aquelas importam menos custos.-----

O Senhor Presidente da Câmara retorquiu dizendo que não lhe parecem relevantes as questões levantadas e que as mesmas não obstam a que a proposta de regulamento seja aprovada tal como está, independentemente de, no futuro, serem efectuadas as alterações que se vierem a revelar pertinentes. Quanto às taxas, referiu que as mesmas foram objecto de prévio estudo por parte de um grupo de trabalho no âmbito da Associação de Municípios do Douro Sul, que as fundamentou do ponto de vista económico-financeiro. Ao nível da impressão e da digitalização o que está aqui em causa é também dissuadir a sua utilização indiscriminada neste espaço, daí o valor das respectivas taxas.-----

O Senhor Prof. Joaquim Rodrigo (PSD), ainda sobre este assunto, apresentou a seguinte proposta de alteração à proposta de regulamento: “ retirar o termo correio electrónico da nota justificativa e do artigo 2º, substituir o termo “impressão a preto e branco” por “impressão monocromática” e retirar as digitalizações em termos de custos”.-----

Colocada esta proposta a votação, **foi a mesma reprovada por maioria, com os votos contra da Bancada do Partido Socialista, a abstenção do Senhor Manuel Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia da Panchorra – PSD) e os votos favoráveis da restante Bancada do Partido Social Democrata.**-----

Colocado o assunto a votação, **foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista, a abstenção do Senhor Manuel Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia da Panchorra – PSD) e os votos contra da restante Bancada do Partido Social Democrata.**-----



C.3. REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS FEIRAS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE RESENDE; -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, a proposta do Regulamento.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

Colocado o assunto a votação, **foi o mesmo aprovado por unanimidade.**-----

C.4. ACTUALIZAÇÃO ANUAL DA TABELA DE TAXAS, TARIFAS E OUTROS PREÇOS; -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, a proposta de actualização.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

Colocado o assunto a votação, **foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e os votos contra e 3 abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.**-----

C.5. ALTERAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI); -----

Foi presente, para conhecimento e remetido pelo executivo camarário, um ofício da Direcção Geral de Impostos a comunicar que em conformidade com a Lei n.º 64/2008 de 5 de Dezembro, foram alterados os limites máximos de IMI para os prédios urbanos para 0,7% e prédios urbanos avaliados nos termos do CIM para 0,4%, pelo que há necessidade de se efectuar a respectiva correcção.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou que o plenário tomasse conhecimento da alteração em causa e confirmasse a situação.-----

O Senhor Dr. Jaime Alves (PSD) disse que entendia que não havia necessidade de confirmar um dado adquirido, isto é, que foi já objecto de deliberação por parte da Assembleia, devendo antes ser apresentada uma proposta extraordinária para alteração dos limites fixados na Sessão de 30 de Setembro de 2008.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, antes de colocar o assunto a votação, informou que não está aqui em causa a fixação das taxas do IMI e propôs que o texto para a deliberação sobre este assunto fosse no sentido de “tomar conhecimento e confirmar a deliberação tomada em 30 de Setembro de 2008”.-----

O Senhor Dr. Jaime Alves (PSD) informou que se iria abster por entender que se está perante um facto adquirido, mediante a decisão tomada pelo Conselho de Ministros, não se justificando uma votação. Acrescendo o facto de, ao estarem em análise alterações das taxas aprovadas, não ter sido possível à bancada do Partido Social Democrata apresentar uma proposta alternativa com valores inferiores: (0,7 e 0,4) – (0,4 e 0,2).-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado por maioria, com os votos favoráveis da**



Bancada do Partido Socialista e os votos contra e uma abstenção da Bancada do Partido Social Democrata, tomar conhecimento da alteração em causa e confirmar a deliberação tomada sobre este assunto na Sessão de 30 de Setembro de 2008.-----

C.6. PROJECTO DE REDE COMUNITÁRIA DE BANDA LARGA DO DOURO SUL; -----

Foi presente, para conhecimento e remetido pelo executivo camarário, um ofício da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul a comunicar que foi aprovado o concurso público internacional para construção, através de parceria, da Rede Comunitária do Vale do Douro Sul.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

O Senhor Prof. Joaquim Rodrigo (PSD) manifestou a sua total concordância com este projecto e solicitou esclarecimentos sobre os custos para os futuros utilizadores e se o que estava em causa era a criação de um novo operador de internet.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que este é provavelmente o projecto mais importante da região nestes últimos anos. Abrange 10 municípios do Douro Sul, mais os municípios de Baião, Mesão Frio e Peso da Régua. A lógica será a de uma parceria publico-privada, com capitais maioritariamente públicos, onde 51% do capital pertencerá aos municípios (o que permite o controlo de preços, tarifário e custos). O projecto em si consistirá numa rede pública de banda larga que funcionará como rede de operador de operadores, disponibilizando um débito de 100 mbts – com garantia de 30 ao consumidor final. O serviço será *quadri-play*, com internet, tv, *video-on-demand* e *voip* (telefone). O objectivo em termos de cobertura será abranger 80% da população dos municípios envolvidos e praticar preços na ordem dos 15€ por utilizador.-----

Foi tomado conhecimento. -----

C.7. ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO DOURO SUL – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS;

Foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, um ofício da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul a remeter cópia da proposta de comparticipação dos Municípios àquela Associação.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

A Senhora Dr^a Teresa Pais (PS) referiu que o seu grupo concordava com o procedimento e que iria votar favoravelmente.-----

Colocado o assunto a votação, **foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e os votos contra e 7 abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.**-----

C.8. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA DE EXECUÇÃO – CONTRATO DE EXECUÇÃO;-----

Foi presente, para ratificação e remetido pelo executivo camarário, o contrato de execução.-----



Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

Colocado o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e os votos contra e 3 abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.-----

C.9. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES E DO MODELO DE RECOLHA;-----

Foi presente, para conhecimento o relatório em epígrafe.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

O Senhor Prof. Joaquim Rodrigo (PSD) manifestou o seu público apreço por todo o trabalho realizado pela Comissão.-----

Foi tomado conhecimento. -----

C.10. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS PISCINAS DESCOBERTAS MUNICIPAIS;-----

Foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta de alteração ao Regulamento em epígrafe.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

Colocado o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

C.11. PROJECTO DE REGULAMENTO DA ÁREA EMPRESARIAL DE ANREADE;-----

Foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o projecto do Regulamento em epígrafe.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções: -----

Colocado o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e os votos contra e 3 abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.-----

C.12. SERVIÇOS DE LIMPEZA NA EB1 DE MIOMÃES – MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE E A JUNTA DE FREGUESIA DE MIOMÃES;-----

Foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, a minuta do protocolo em epígrafe.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções. -----

Colocado o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e os votos contra e 6 abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.-----



C.13. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA SOCIEDADE ANÓNIMA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS DO DOURO, SA;-----

Sobre o assunto em epígrafe, foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, com o seguinte teor:-----

“Tendo em conta todos os considerandos constantes da minha proposta aprovada em reunião de Câmara realizada em 21 de Janeiro do corrente ano, que se mantêm plenamente válidos e aqui se dão por integralmente reproduzidos; Considerando a documentação abaixo indicada, carreada para o processo, a qual fundamenta de facto e de direito o enquadramento da operação: - Ofício-proposta de permuta; - Relatório de Avaliação (A- PriceWaterhouseCoopers, avaliação da participação na EED e B- relatório de avaliação das sociedades anónimas Companhia das Águas das Caldas de Arêgos e Sociedade de Hóteis das Caldas de Arêgos); - Ofício de comunicação à Finerge para exercício do direito de preferência; - Ofício remetido ao Dr. José Carvalho de Freitas comunicando a deliberação de câmara; - Estudo de viabilidade económico-financeira para efeitos do disposto no artº9º da Lei nº53-F/2006, de 29 de Dezembro; - Ofício da Finerge a comunicar o exercício do direito de preferência; - Parecer do Dr. Miguel do Vale; **Proponho: a)- Que a Câmara Municipal, dando continuidade à sua anterior deliberação sobre este assunto, delibere aprovar a concretização da operação; b)- Que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal todo o processado, ou seja, toda a operação nos termos propostos.**”-----

Sobre esta proposta o Órgão Executivo deliberou da seguinte forma: **“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a concretização da operação e remeter à Assembleia Municipal, para aprovação. Foi ainda deliberado, igualmente por unanimidade, que em face da comunicação da Finerge de exercer o direito de preferência, a mesma seja notificada de que o prazo para a conclusão de toda a operação é o próximo dia 20 de Março, independentemente de a mesma revestir a forma de entrega da quantia em causa (3.000.000,00€), no caso de preferir, ou de entrega das acções, no caso de não preferir, sendo que nesta última hipótese a Câmara aceita desde já os termos do contrato de cedência de acções oportunamente remetido pela mesma.”** -

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

O Senhor Prof. Joaquim Rodrigo (PSD) proferiu a seguinte intervenção: “Sobre Caldas de Arêgos, muito se tem dito e muito se tem escrito, e em todo o escrito e dito, há um ponto que é comum a todos os discursos, ou seja, Caldas de Arêgos deve ser o principal motor ou factor gerador de riqueza, a nível turístico, para o concelho de Resende. A causa da divergência tem a ver com a forma de potenciar o local. Para nós, e como princípio ideológico, um investimento desta natureza deveria ser feito por privados devendo a Câmara Municipal criar as condições necessárias, tanto físicas como administrativas, para que os privados sentissem que tinham na Câmara um parceiro empenhado e atento para, numa lógica de cooperação os investimentos fossem rentáveis para os investidores e, conseqüentemente, para as populações. Outros defendem que deve ser a Câmara, de uma forma centralista a investir e a controlar todo o processo. Tendo em conta as circunstâncias



actuais, a nível local com um executivo camarário que é apologista da segunda forma de desenvolvimento mencionada, e a nível nacional e internacional com a conjuntura de crise económica que dificulta o investimento privado e, tendo em conta os superiores interesses das populações do concelho, essa sim a verdadeira e principal razão de estarmos aqui, não nos oporemos ao negócio em causa. Temos, porém, dúvidas em relação à rentabilidade do investimento, pois como o próprio estudo de viabilidade encomendado pela Câmara afirma, passo a citar “As projecções financeiras foral elaboradas com base num cenário fixado pela Câmara Municipal de Resende”. Causa-nos também alguma estranheza que quando outras câmaras tentam alienar a sua participação em áreas de negócio iguais, como é exemplo a Câmara de S. Pedro do Sul, sendo as suas termas as mais frequentadas do país, a Câmara de Resende, ache que é uma excelente oportunidade iniciar-se nesta actividade. Tememos pois, que esta aquisição se torne em mais um “elefante branco” para o Município de Resende. Com base nas dúvidas e receios manifestados iremo-nos abster na votação. Para terminar quero realçar que a partir deste momento a responsabilidade da Câmara Municipal de Resende em relação a Caldas de Arêgos é total, e aumenta de forma significativa em relação a todo o Concelho. Desta forma estaremos nesta Assembleia para, de forma responsável, alertar o executivo para aquilo que acharmos pertinente. Aliás, cumprindo uma das funções principais da Assembleia Municipal que é o seu papel fiscalizador.”-----

A Senhora Dr^a Teresa Pais (PS) disse que estamos perante uma óptima oportunidade de sustentabilidade do concelho e não de um “elefante branco”. Vão ser criados novos postos de trabalho por via directa e indirecta, existindo na população um sentimento de esperança para um melhor desenvolvimento de Caldas de Aregos e do concelho, não se podendo, por isso, desperdiçar uma oportunidade com esta.-----

O Senhor Dr. Jaime Alves (PSD) referiu que espera que seja encontrado o melhor modelo de gestão para as Termas.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Complexo Termal de Caldas de Aregos irá ser um elemento fundamental para a sustentabilidade, promoção e empregabilidade do concelho numa lógica de oportunidade do QREN. Apelou ainda à Bancada do Partido Social Democrata que ponderasse melhor a sua posição de voto, uma vez que, do ponto de vista político, entende que aqui a abstenção significa um “virar as costas” àquele que é um dos principais recursos do concelho e a defesa da lógica da demissão do exercício do desenvolvimento do concelho que compete à Câmara e que qualquer político, nos órgãos da autarquia, deve exercer. Referiu ainda que os Vereadores do PSD tiveram uma outra postura nesta matéria, denotando uma atitude de grande responsabilidade e que o o modelo de gestão a implementar será amplamente discutido nos órgãos do município, pelo que a posição da Bancada do PSD deverá, na sua opinião, ser melhor fundamentada.-----

A Senhora Enf^a Elsa Rodrigues (PSD) defendeu que a promoção do emprego se faz através do apoio à iniciativa privada, que neste caso manifestou já anteriormente intenção de o fazer, tendo inclusivé apresentado projectos nesse sentido. A abstenção não é um voto contra mas sim um voto com reservas. São dúvidas que se levantam e que entende que não estão inteiramente esclarecidas.



A Bancada do PSD sempre foi clara nesta matéria e regista com agrado que o Presidente da Câmara venha agora reconhecer que se pode promover o emprego em Arêgos, lamentando que não o tenha feito antes.-----

O Senhor Dr. Jaime Alves (PSD) insistiu que esta discussão deve ser feita com moderação e consenso e que a Bancada do PSD não vota a favor porque o Senhor Presidente da câmara ainda não apresentou o modelo de gestão que vai ser adoptado.-----

O Senhor Jorge Cardoso (Presidente da Junta de Freguesia de Freigil – PS) disse que pela gestão do Complexo Termal de Caldas de Arêgos já passaram muitos privados mas também “alguns vigaristas”.-----

O Senhor Prof. Joaquim Rodrigo (PSD) referiu que apesar de defender que este tipo de negócios seja gerido por privados e não obstante a abstenção na votação, o seu Grupo Parlamentar deseja que Arêgos seja um sucesso.-----

Colocado o assunto a votação, **foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e 9 abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.**-----

C.14. PROTOCOLO – CONSTRUÇÃO DO NOVO POSTO TERRITORIAL DA GNR DE RESENDE;--

Foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o protocolo em epígrafe.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções. -----

Colocado o assunto a votação, **foi o mesmo aprovado, por unanimidade.**-----

C.15. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO;-----

Foi presente, para aprovação, nos termos do artigo nº 53, nº2 alínea d), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e remetido pelo executivo camarário, a contratação do empréstimo no montante de 1.067.500€, a contratualizar com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de 640.500€, nos termos da proposta apresentada e descrita no documento de análise de propostas e o restante 427.000€ contratualizado com o Estado nas condições referidas na RCM nº191-A/2008, de 27 de Novembro;----.

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

O Senhor Prof. Joaquim Rodrigo (PSD) disse que concordava com este empréstimo, pois os fornecedores têm de ser pagos, no entanto lembrou que de acordo com o mapa de controlo da dívida legal a câmara utilizou já 83% da sua capacidade de endividamento, receando que este empréstimo interfira com outras obras da autarquia, como por exemplo as do Estádio de Fornelos.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que se trata de aproveitar uma oportunidade dada pelo Governo aos Municípios para pagar aos fornecedores e que seria uma irresponsabilidade não a aproveitar. Lembrou que a dívida já vem do passado e que este empréstimo não eleva a capacidade de endividamento. -----

Colocado o assunto a votação, **foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e 9 abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.**-----



C.16. 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO 2009;-----

Foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, a 1.ª Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos que envolve um reforço de verbas no montante de 3.000.000,00€ (três milhões de euros), na sequência do processo de alienação da participação que o município detém no capital social da empresa “Empreendimentos Eólicos do Douro, S.A.” e a aquisição das empresas “Companhia das Águas das Caldas de Arêgos, S.A.” e “Sociedade de Hotéis das Caldas de Arêgos, S.A.”. Sobre este assunto foi presente uma informação do Chefe da DGFSI.---

Não se verificaram quaisquer intervenções. -----

Colocado o assunto a votação, **foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e 9 abstenções da Bancada do Partido Social Democrata.**-----

C.17. MINUTA DO PROTOCOLO ENTRE A JUNTA DE FREGUESIA DE FELGUEIRAS E O MUNICÍPIO DE RESENDE – LIMPEZA/REFEIÇÕES DA EB1 DE FELGUEIRAS;-----

Foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, a minuta do protocolo em epígrafe, solicitando-se ainda autorização de futuras delegações de competências idênticas nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração do competente protocolo. -----

Não se verificaram quaisquer intervenções. -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria, com os votos favoráveis da Bancada do Partido Socialista e os votos contra e 7 abstenções da Bancada do Partido Social Democrata, aprovar a minuta e, por unanimidade, autorizar futuras delegações de competências idênticas nas Juntas de Freguesia, mediante a celebração do competente protocolo.**-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 19h20, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos remetidos pela Câmara Municipal a esta sessão da Assembleia. -----

E eu, _____, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

Dr. Manuel Joaquim Garcez Trindade
Presidente da Assembleia Municipal

Dr. António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU